

6/10/09 2-2
349

EXTRAÇÃO Excesso de burocracia e falta de crédito atrapalhariam adoção de manejo sustentável

Governo barra modernização de madeireiras, diz produtor

Falta política específica ao BNDES

do enviado especial a Manaus

Enquanto financiadores privados começam a descobrir o filão do manejo sustentável, o governo federal não tem uma política clara para o setor. O contraste ficou mais que evidente ontem, em Manaus.

De um lado, o Banco Axial, criado em 1997. É o único "banco verde" do Brasil e um dos poucos no mundo. Busca oportunidades de negócios com biodiversidade, florestas e genética, por exemplo.

Segundo John Forgách, vice-presidente, o banco trabalha

com a premissa de que o retorno sobre investimento no setor florestal pode ser de 50%. Dispõe de US\$ 100 milhões para a área. Mas exige certificação.

Do outro lado da mesa, a falta de iniciativa do governo federal, representado pelo BNDES e pelo Banco da Amazônia.

Isaura Frondizi, coordenadora da Assessoria Especial de Meio Ambiente do BNDES, disse que estava ali para ouvir sugestões para contornar as dificuldades com financiamento para manejo florestal.

Citou o longo prazo de maturação e a questão de garantias. Não se aceitam terras, por exemplo, por causa da situação fundiária "complicada".

Isaura criticou a "retórica ambientalista", mas não indicou como o banco pretende superar esses problemas. (ML)

MARCELO LEITE
enviado especial a Manaus

Está pegando fogo o setor madeireiro na Amazônia — em sentido figurado. A febre do manejo sustentável e da certificação ambiental, que começa a vingar entre produtores, só não vai mais rápido porque o governo atrapalha.

Tal queixa foi ouvida com insistência no workshop "Produção Sustentável de Madeira na Amazônia: Oportunidades de Negócios", que terminou ontem em Manaus. O evento foi organizado pelo Banco Mundial, em parceria com organizações não-governamentais e programas internacionais de proteção de florestas.

A certificação garante ao comprador que a madeira foi extraída sem destruir excessivamente a floresta. A principal entidade certificadora é o FSC (Forest Stewardship Council), ou Conselho de Manejo Florestal, que tem sede em Oaxaca, no México.

Apenas oito produtores da região amazônica estão em processo adiantado de certificação. Uma única empresa já a obteve, a madeireira Mil, de Itacoatiara (AM), mas outras 48 já manifestaram algum interesse em seguir esse caminho cada vez mais obrigatório para o mercado mundial.

Uma das vedetes do seminário é parceira da Mil, a indústria Gethal. A empresa é o melhor testemunho de que a floresta amazônica é uma terra de contrastes: pôs no mercado o único compensado com certificação do mundo.

A novidade está permitindo obter um sobrepreço de até 35% (ou US\$ 100 por metro cúbico), relatou no encontro Bruno Stern, da Gethal. Ele acha que o prêmio até pode desaparecer, mas não o ganho de mercado que a novidade lhe trouxe.

A chancela do FSC, no caso, garante que a madeira certificada adquirida da Mil é processada se-

paradamente. Ou seja, o consumidor que comprar compensado da Gethal com selo "verde" pode ter certeza de que a matéria-prima não se misturou com a de fontes não-manejadas.

É o que se chama de certificação para a cadeia de custódia (COC, ou "chain of custody"). Agora, a Gethal tenta obter do FSC o aval para sua própria área de produção, a 500 km de Manaus, mas com grande dificuldades.

Só para aprovar seu plano de manejo no Ibama, a empresa consumiu três anos. "Temos não só de comprar floresta para 25, 30 anos de exploração como ainda temos de esperar mais três", desabafou Stern.

"O Ibama é uma calamidade. Quando se quer fazer algo legal, não anda", confirmou Norberto Hübner, da madeireira Cibra. "Quem quer fazer corretamente perde para quem faz (manejo) só no papel."

São muitas exigências e pouca contrapartida, como linhas de crédito. "O discurso oficial raramente reconhece a exploração madeireira", diz Adalberto Veríssimo, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

O governo federal põe todas as fichas na ação repressiva e fiscalizadora, mas não tem como parar um setor que responde por 4% do Produto Interno Bruto nacional. Por outro lado, não atua para modernizar o setor, marcado por uma imagem negativa.

"O manejo florestal está entrando numa fase que vai precisar de políticas públicas", avisa Veríssimo. Ele cita o exemplo de Papua-Nova Guiné, que sobretaxa madeira de áreas não-manejadas e certificadas. A Indonésia acaba de criar um sistema nacional de certificação, com apoio do FSC.

O jornalista Marcelo Leite viajou a Manaus a convite do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)

Tok & Stok, com 'medo', sai na frente

do enviado especial a Manaus

Regis Dubrule, presidente das lojas Tok & Stok, diz que se convenceu de estar no caminho certo com a ajuda dos filhos.

O menino de 9 anos aplaudiu quando soube que viria a Manaus para um seminário sobre manejo sustentável. A filha de 14, preocupada com a situação de Timor Leste, cobrou dele explicações sobre importação de mercadorias da Indonésia.

A cadeia, que tem 15 lojas, assinou com a ONG Imaflores um termo de compromisso dizendo que passaria a comprar produtos de madeira certificada. Não exclusi-

vamente, esclarece Dubrule, que está enfrentado dificuldade para encontrar fornecedores.

A iniciativa partiu da Imaflores, uma das três entidades certificadoras atuando no Brasil. Dubrule diz que concordou com a proposta "por convicção". Receia agora que, com a dificuldade para suprir a demanda, o consumidor possa passar a cobrar um compromisso que a empresa não pode cumprir sozinha.

"Estamos condenados a ir na frente, mas é dessa frente que temos medo", diz. Hoje, ela oferece um só item certificado entre os cerca de 8.000 que comercializa. "Temos de correr." (ML)